*Artigo

O papel do congresso diante da crise

A situação do país é crítica, crises na política e na economia com fortes reflexos negativos na sociedade. Não é apenas uma crise, são varias ao mesmo tempo, inclusive moral e ética, tornando preocupante o cenário. Arrecadação fiscal estagnada, produção em queda, atividades comerciais e de serviços em declínio, desequilíbrio cambial, balança comercial com números desanimadores, desemprego com altos porcentuais, inflação crescente, recessão geral.

Porém, há esperança de recuperação, o Brasil enfrentou outros períodos difíceis e sobreviveu. Novamente é o momento de repetir a conclamação de união nacional, pacto pelo país, todos lutando juntos, setores produtivos e a população, que não geraram a crise, mas com ela não podem conviver. Cabe a cada um fazer sua parte, principalmente o governo e os políticos, diretamente responsáveis pela situação.

Ao governo compete adotar medidas necessárias à recuperação. É preciso reorganizar as contas públicas, enxugar a máquina administrativa, reduzir gastos e, sobretudo, implantar as reformas prioritárias, entre elas a da Previdência Social, sendo urgente a revisão geral do sistema, incluindo ampliação da idade para aposentadoria e desvinculação do salário mínimo como parâmetro de cálculo de benefícios. Trata-se de medida severa, mas não justifica a oposição das centrais sindicais que não estão vendo, ou não querem ver, a realidade do problema. Se a Previdência Social não for recuperada chegará o dia em que nem Previdência haverá, o sistema está em vias de falência e se não houver profunda e séria reforma, inexoravelmente quebrará...

Além das reformas previdenciária e trabalhista, já em discussão, há outras medidas tomadas,como a questão da dívida dos estados. Foi adotada uma saída emergencial, temporária, de certa forma apenas adiando o problema que, todavia, tem de ser solucionado. É evidente que o endividamento dos governos estaduais decorre de falhas de gestão, porém a situação não pode continuar com alguns entes federativos sem condições de pagar seus funcionários. O governo federal ao dar essa trégua determinou, com muito acerto, que estados e municípios adotem diretrizes para limitar os gastos, como a própria união está se impondo. Épreciso fortalecer o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF),que contém determinações claras que não vêm sendo cumpridas, como o gasto com funcionalismo ultrapassando o teto estabelecido. Despesas acima da arrecadação causam desajuste das contas públicas.

O governo encaminhou ao Congresso proposta de emenda constitucional limitando os gastos da União, estados e municípios aos índices inflacionários; é ótima iniciativa que, também, depende de passar no parlamento.

Outra acertada decisão do governo federal determina que a nomeação de diretores de estatais obedeça critério de competência técnica e não mais de indicação política que limita e restringe a autonomia dos gestores que acabam manietados, tendo que primeiro atender aos interesses de seus indicadores, ou "padrinhos". Essa submissão política é a causa não só de má administração como de corrupção nas estatais, como estamos assistindo.

Todas essas propostas e projetos de reorganização do Estado brasileiro dependem de discussão e algumas até de aprovação do legislativo, daí a importância dos membros do Congresso terem uma visão altruística de sua atuação. O foco do Congresso Nacional deve ser a responsabilidade para atuar em favor do país. Não é por ser um ano de eleições que se deixe de discutir a aprovar as propostas que podem não agradar ao eleitorado e, por causa, disso congressistas eximirem-se dessa responsabilidade temendo desagradar a grupos políticos aliados nos estados e municípios. Acima de tudo está a obrigação de reequilibrar o país. Se houver omissão, a população vai cobrar da classe política, que já está com a credibilidade afetada e acabará mais desprestigiada.

Entendo que nesse contexto todo é que sobressai o papel do Congresso Nacional, especialmente da Câmara Federal, porque reformas e medidas duras enfrentam natural resistência popular, cabendo aos deputados, representantes do povo, atuar no esclarecimento da população, no convencimento geral para que o próprio Congresso tenha apoio da sociedade para aprovar as mudanças exigidas a fim de que o país se recupere e retome o rumo do crescimento, estabilidade e governabilidade. Deve o Congresso estar ciente da gravidade do momento e entender que defender interesses pessoais e eleitorais é ir totalmente contra interesses maiores do Brasil e dos brasileiros que protestam exigindo coerência e espírito público. Oposição ao governo é normal na democracia, oposição ao país é falta de patriotismo, de visão política e de cidadania.

Luiz Carlos Borges da Silveira é empresário, médico e professor. Foi Ministro da Saúde e Deputado Federal.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Reinaldo Manarim Neto
Maykon Henrique Moura
Evertton Matheus N. Campos
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

TRE fecha parceria com 15 universidades e 6 secretarias

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) firmou termos de cooperação – relacionados ao programa Mesário Voluntário, com instituições de ensino e com secretarias de municipais de Educação. A ideia é estimular os estudantes e professores a se tornarem mesários de forma espontânea.

No total, 15 Instituições de ensino superior fecharam acordo técnico com o Tribunal: Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Sociedade Educacional Unifas (FASIP); Universidade de Cuiabá (UNIC); Iuni Educacional (UNIC Industrial); Unic Educacional Aeroporto; Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Faculdades Integradas Mato-Grossenses de Ciências Sociais e Humanas (ICE); Faculdade de Ciências e de Administração do Vale do Juruema (AJES); Unic Educacional Tangará da Serra; Faculdade de Educação de Tangará da Serra (FAEST/UNISERRA.

Acima de 18 anos

Estudantes de qualquer curso, matriculados nas instituições citadas, poderão participar do programa. Basta ser eleitor, ter acima de 18 anos e se inscrever pelo site do TRE -MT (www.tre-mt.jus.br). Os participantes receberão um certificado expedido pela Justiça Eleitoral, que valerá como atividades complementares junto à instituição de ensino. Os professores interessados deverão se inscrever pelo site do TRE-MT.

Treinamento

Após os trabalhos eleitorais, os professores receberão um certificado que valerá para fins de contagem de pontos na atribuição de aulas. Após a convocação, os mesários voluntários participarão de um treinamento básico, quando vão receber informações sobre o processo eleitoral, normas relacionadas às eleições e atendimento ao eleitor. Os colaboradores também aprenderão a manusear as urnas eletrônicas e simularão um pleito eleitoral.

Arrecadação

Os secretários Gustavo de Oliveira (Planejamento) e Seneri Paludo (Fazenda) informaram, nesta terça-feira, 5, que o Estado arrecadou 3,9% abaixo do previsto para o período de janeiro a abril deste ano. Ao todo, foram R$ 5,8 bilhões arrecadados, enquanto a previsão era de R$ 6,08 bilhões. Os dados foram revelados durante apresentação do relatório das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2016, na Assembleia Legislativa.

Crescimento

Segundo os secretários, se comparado com o mesmo período de 2015, o crescimento da receita total foi de 14%. No ano passado, o 1º quadrimestre apresentou uma receita de R$ 5,1 bilhões. A maior receita tributária foi a do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), com uma arrecadação de R$ 2.6 bilhões. O número aponta um crescimento de 2,7% em relação a 2015.

*Bastidores da Política

Na Câmara

Na tarde de ontem, mais uma Sessão foi realizada nas dependência da Câmara Municipal, e um dos assuntos mais recorrentes foram a inauguração da Praça da Bíblia, e a entrega das obras do Hospital Municipal. Em sua grande maioria, os vereadores elogiaram a decisão do executivo municipal de levar a frente as obras sem a ajuda do poder estadual e da União, mas ainda assim, houveram aqueles que disseram que o executivo não fez nada mais que seu trabalho.

Aprovação

"Quero parabenizar o executivo municipal pelas obras entregues à população de Tangara´. Foram anos de espera e agora recebem obras que farão a diferença na vida de todos. Sou feliz por fazer parte deste pleito em que obras tão importantes foram entregues, e saber que ajudei na realização por meio das emendas que essa casa liberou. Pois estou aqui para fazer a diferença, e ajudar o executivo sempre que for para beneficiar o município", discursou o vereador Zedeca.

Cobrança

"Sou cobrado sempre, com bastante constância pelos moradores em relação as trocas de lâmpadas. São vários os bairros que estão com várias lâmpadas queimadas, e não foi somente uma vez que cobrei essas trocas, mas ainda não foi feito nada para resolver. Será que eu não estou com nada? Espero mesmo que o executivo consiga manter o hospital, que é muito bom para todos os moradores de Tangará da Serra", disse o vereador Maurizan.

Só repasso

"As pessoas cobram obras de mim, e volto a dizer que vereador não faz obra, ele fiscaliza. Portanto, se alguma obra que o morador solicita não foi realizada é porque o executivo achou que ela não deveria ser feita. Estou aqui para fiscalizar e para levar as solicitações, e sou mal interpretado. Sou taxado como do contra", comentou o vereador Fábio Brito. "Não acho que eu tenha que ficar elogiando o executivo pelas obras, pois ele não faz mais que seu dever", salientou o vereador.

Será?

"A administração deu uma guinada este ano, inclusive na Agricultura. Começou a ouvir os técnicos. E gostaria de acreditar que é vontade de acertar, mas fica a dúvida quanto ao período eleitoral. A feira da Vila Alta se o executivo quisesse já teria resolvido a obra, e ela não precisaria ficar parada tanto tempo assim. Eu cobrei muitas vezes, mas só começou a andar de janeiro para cá. Mas fico feliz que os serviços serão retomados", disse o vereador Sommavilla.

Eficiência

"Desde a inauguração de sexta-feira tenho andado pela cidade e ouvido muita coisa. Obra que muitos tentaram, mas só a administração atual conseguiu realizar com a graça de Deus. Esse trabalho só foi possível pelo fato de uma gestão eficiente. Não e brincadeira para qualquer gestor fazer uma obra daquela envergadura com recursos próprios e sem a ajuda do Estado. Não adianta as pessoas quererem ofuscar o brilho da equipe de gestação dizendo que não é mais que obrigação", argumentou o vereador Bezerra.

Por quê?

"Se foi de obrigação para esse porque não foi para os gestores anteriores? E ainda tem gente dizendo que Tangará está parada, mas não vê que tangara tem capacidade de construir uma obra daquela magnitude. Então temos que ter a grandeza de reconhecer esse feito, e isso não é para enaltecer o gestor não. Então volto a enaltecer o trabalho do gestor, que foi corajoso em assumir o risco, levou pancada dia e noite para que pudéssemos ter a possibilidade quando da necessidade".

União

"Agora precisamos nos unir para equipar o local, solicitando aos deputados que aqui angariaram muitos votos, para que ele seja o melhor da região. O momento é de união. Esse é o pedido que faço. Deixe a disputa eleitoral. Vamos levar as discussões para o campo das ideias. Aquele que se coloca a disposição da população a hora de mostrar que quer defender é agora também hora de união, de todos os agentes políticos para equipar , é necessário o esforço conjunto.

Secretário promete concursos e pede para que professores encerrem greve

O secretário de Estado de Educação Esporte e Lazer, Marco Marrafon, se reuniu com representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep), na manhã desta terça-feira, 05, para discutir medidas para por fim a greve da categoria. O titular da pasta prometeu iniciar um estudo de impacto orçamentário financeiro de um concurso público, além da implantação de um calendário de concursos. Porém, pediu um voto de confiança para que a paralisação seja suspensa.

"Estamos trabalhando nesse diálogo e isso que irá resolver. Esta é a melhor forma, a que nos torna mais humanos e democráticos.